

ALGUNS DESAFIOS DOS ESTUDOS DE HISTORIOGRAFIA

JOÃO MIGUEL TEIXEIRA DE GODOY*

RESUMO

O artigo tem como objetivo propor uma avaliação preliminar de um conjunto de trabalhos na área dos estudos de historiografia, buscando definir suas características e possibilidades. A partir daí identificar alguns desafios metodológicos para esse campo de pesquisa em expansão no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia brasileira, metodologia, memória crítica.

ABSTRACT

The article has as objective to consider a preliminary evaluation of a set of works in the area of the historiography studies, being searched to define its characteristics and possibility. From then on to identify some methodology challenges for this field of research in expansion in Brazil.

KEYWORDS: *Brazilian Historiography, methodology, critical memory.*

O uso frequente, e em diferentes contextos, do termo “historiografia”, demonstra que seu sentido não é unívoco. Ora aparece nomeando um certo ajuntamento de obras históricas, sinônimo então de bibliografia especializada, ora surge identificando linha de pesquisa voltada para os estudos de história da história, ou seja, exame consistente das obras enquanto manifestação cultural ancorada em contextos históricos específicos. Há quem recuse a conveniência e adequação desse segundo uso.¹ Mas como lembrava Marc Bloch: “para grande desespero dos historiadores”, nem sempre os homens (historiadores incluso) mudam o vocabulário quando mudam os costumes.² O fato é que, seguindo a tradição francesa, o termo historiografia terminou por ser consagrado como denominação de uma nova linha de pesquisa no campo maior do conhecimento histórico. Mas a novidade pode sempre ser relativizada. Desde que o historiador suíço Eduard Fueter publicou seu trabalho no início do séc XX, que o sentido foi usado originalmente. Entretanto, o caráter de novidade deve-se essencialmente à expansão recente das pesquisas e das publicações sobre historiografia. Bem como sua paulatina transformação numa especialidade. O que talvez não seja o encaminhamento mais adequado. Mas ainda assim o sentido apresenta-se como muito abrangente.. Abarca, ou pode abarcar, um conjunto diversificado de modalidades de textos que vão do simples repertório bibliográfico, passando pelo balanço historiográfico, pela crítica histórica, chegando até a história da história propriamente dita. Num sentido mais alargado ainda, envolve estudos sobre a mentalidade histórica de um certo momento ou de uma dada sociedade, como sugere Le Goff...

Entretanto, a clara distinção entre os dois sentidos do termo faz-se necessária em nome de se evitar o risco frequente de tomar o estudo sobre as coisas como se fossem as próprias coisas. Risco que se desdobra no escamoteamento das condições, teóricas, metodológicas e ideológicas, necessárias à construção de tais estudos cujo resultado mais visível aparece no estabelecimento dos cânones historiográficos. A sobrevivência de obras e autores, bem como o estabelecimento de linhagens intelectuais, não sofrem um processo de seleção natural onde apenas o mais apto sobrevive e se

reproduz. Depende, sobretudo, de quem estabelece e garante tais sobrevivências, bem como dos procedimentos e interesses mobilizados nesse processo. Embora se afirme, com razão, que em ciência temos especialistas e não autoridades, é um hábito frequente a busca de legitimidade a partir da fabricação de genealogias. Os estudos de história da história tem sido um campo fértil para tais empreendimentos. Pode-se dizer que a historicidade que se busca identificar no processo de produção das obras históricas, pode igualmente ser identificado no próprio processo de busca e de análise dessas obras. Nesse sentido, os propósitos memorizadores que se busca identificar e explicitar no trabalho do historiador, a partir do exercício da crítica, pode igualmente contaminar a própria crítica. Sendo assim, no presente texto utilizaremos a expressão “estudos historiográficos” quando a intenção for expressar o primeiro sentido, e “estudos de historiografia” no caso do segundo. Ressaltada essa distinção, pode-se dizer que uma das contribuições mais interessantes dos estudos de historiografia se referem à pretensão de leitura e avaliação das obras dos historiadores enquanto documento, ou seja, como indício ou testemunho de dimensões variadas da realidade e do acontecer humano. Trata-se da tentativa de submeter os escritos dos historiadores aos procedimentos de crítica, aos quais, frequentemente, estes mesmos historiadores submetem seus materiais de investigação. No que concerne aos estudos de historiografia, a especificidade assenta-se na transformação das obras históricas em testemunhos primeiros da realidade que se busca apreender e tornar inteligível. Nesse caso, os procedimentos típicos de crítica das fontes, recolhidos e sistematizados no século XIX e aperfeiçoados desde então, devem submeter-se a um trabalho de adaptação dadas as características próprias da fonte em questão.

A pretensão, de início, problematiza uma divisão comumente aceita pelos historiadores e que classifica em setores distintos aquilo que se considera fonte de informação – ou, fontes primárias - e a bibliografia especializada - as chamadas fontes secundárias. Problematiza, portanto, o próprio estatuto da ciência história como um campo de saber que não se localiza fora da realidade que se quer estudar obviamente, mas que ocupa no

seu interior uma posição privilegiada, ou pelo menos diferente, porque supostamente regulada por procedimentos racionais de autocrítica e autocorreção.

Temos aqui, portanto, duas dimensões a partir das quais podemos investigar o modo como os estudos de historiografia vêm sendo construídos. Em primeiro lugar, cabe indagar como em tais estudos as obras dos historiadores são avaliadas e discutidas. Que aspectos ou dimensões da realidade busca-se iluminar a partir das leituras dos escritos. Algumas possibilidades de reconstituição surgem aqui: ora como sequência de etapas de um processo de conquista do estatuto científico; ora como construção de um espaço próprio no campo do conhecimento; ora como manifestação de uma identidade coletiva mobilizada para fins de legitimação política, ora como testemunho de uma mentalidade histórica como traço marcante de uma cultura.

Em segundo lugar, importa interrogar como é colocada a questão do estatuto do conhecimento histórico a partir do trabalho de avaliação global da produção da área. Embora não seja possível estabelecer um padrão rígido, é possível perceber certas características comuns nos estudos de historiografia, conforme definem seu modo de estruturação. Proporemos aqui a discussão de um conjunto de textos que tem como campo comum de investigação a produção dos escritos de história em geral, estudos de historiografia portanto, mas privilegiando aqueles escritos no Brasil, organizados da seguinte maneira: estudos mais abrangentes, que buscam abarcar o conjunto da produção (recortes amplos portanto); estudos que propõem um recorte temporal, centrados no contemporâneo; estudos com recorte nas áreas do conhecimento histórico; estudos cujo recorte é temático; e, finalmente, estudos sobre a obra de um historiador específico. O movimento, nesse sentido, caminha das abordagens mais gerais para os recortes e delimitações mais específicos. Podemos ainda lembrar que essas não constituem possibilidades únicas de organização dos estudos de historiografia. Dentro do próprio campo podemos identificar alguns gêneros. Por exemplo, há um amplo leque que vai do mero repertório bibliográfico,

de caráter mais informativo, passando pelas bibliográficas comentadas, balanços historiográficos, crítica historiográfica, até a história da história propriamente dita. Em nenhuma dessas dimensões, entretanto, prescinde-se de parâmetros explícitos ou implícitos definidores de escolhas das obras, organização e crítica. Procuraremos extrair dessa produção elementos que compõem, ou podem compor, um certo método dos estudos na área de historiografia.

Inicialmente, os estudos mais gerais. A primeira constatação é que raramente, ou nunca, trazem no seu conteúdo aquilo que de início prometem seus títulos e mesmo suas introduções. Vejam, por exemplo, o estudo muito conhecido de Ch. Olivier Carbonell: “Historiografia”.³ Do que trata realmente o estudo? De toda produção histórica existente? Dos antigos aos modernos e de todas as civilizações? Tudo isso em 200 páginas? Suspeitamos que não. E o problema não seria resolvido simplesmente dobrando ou triplicando o volume de tamanho. Certamente encontramos no volume capítulos sobre a historiografia chinesa e árabe. Característica que reforça a ideia de uma historiografia que de início coloca-se como geral. Apenas a leitura atenta do texto, da identificação de suas teses e estrutura argumentativa, revela-nos que o conteúdo do estudo é bem distinto daquilo que aparenta.

Podemos aqui parodiar Paul Veyne e afirmar que historiografia simplesmente não existe. O que existe é “historiografia de...”. Ou seja, sempre teremos recortes e escolhas. Sempre estaremos diante de historiografia de alguma coisa, de um autor, de uma escola, etc. No caso de Carbonell trata-se de um estudo que busca identificar as bases culturais e técnicas da progressiva ocidentalização da ciência história moderna e sua inviabilidade ou relativo abortamento em outras culturas. Outros estudos de historiadores franceses mais recentes, como Marie-Paul Caire-Jabinet⁴ e Philippe Tétart,⁵ exageraram o mestre, e onde estava “ocidentalização” aparece como “afrancesamento” da ciência histórica, após longa e às vezes

acidentada evolução. Seria o caso de se perguntar se a exarcebção desse “nacionalismo historiográfico” não reflete, paradoxalmente, o declínio da hegemonia da historiografia francesa e da chamada Escola dos Annales, sobretudo.

No caso de estudos da historiografia brasileira observamos a mesma realidade. Um exemplo recente de tentativa de estudo abarcando toda a trajetória da historiografia é o trabalho de Francisco Iglésias “Historiadores no Brasil”. Embora numa primeira leitura a estrutura e periodização da obra apareça organizada nos grandes períodos - colônia, Império e República - e ainda que os marcos cronológicos escolhidos não sejam aqueles que nos remetem diretamente às mudanças sócio-políticas, o fato é que uma análise mais detida da construção do texto revela-nos uma estrutura de pensamento e abordagem completamente distinta daquela que aparenta.

O conteúdo do texto, observando a estrutura argumentativa implícita, pode ser dividido em duas partes. A primeira trata do processo e das etapas de construção de uma matriz conservadora de interpretação sobre o Brasil, cujo ícone mais evidente é a obra de Varnhagen. De modo que aquilo que o antecede, o prepara; aquilo que o sucede ou o reforça, ou o supera. Antecede-o os cronistas, que produzem as fontes; o IHGB que as reúne e organiza; Martius que lhes fornece uma arquitetura. Tudo isso dentro de um contexto sócio-histórico desencadeado pelo processo de Independência. Sucedem Varnhagen os cronistas que o ignoram, os eruditos que o continuam, os modernos que o criticam, os “episódicos” e outros inclassificáveis como Manuel Bonfim, por exemplo. A classificação, na verdade, obedece a critérios distintos. Mas o fato é que, nessa primeira parte, a obra de Varnhagen aparece como marco divisor da trajetória da historiografia brasileira. A segunda parte do texto discute as possibilidades de superação da matriz conservadora e é dedicada aos autores mais consagrados que tiveram impacto sobre a produção universitária. Entre um momento e outro um novo contexto social, político, econômico e cultural emerge como força explicativa das possibilidades de ruptura.

O que chama a atenção nesses estudos de historiografia “geral” é o fato de que a explicação pelo contexto histórico mais amplo se sobrepõe a outros fatores também presentes, mas secundários: como a dinâmica de debates internos da área de conhecimento ou as trajetórias biográficas dos autores. O modo específico como as linhas de força dos contextos atuam sobre a produção intelectual certamente varia de autor para autor. O próprio entendimento do conteúdo desses contextos difere bastante. Compare-se o estudo de Carbonell, já citado, com o de Josep Fontana (1998), por exemplo. No caso de Iglésias, as mudanças do contexto definem o ritmo das rupturas, mas não interferem diretamente e mecanicamente na dinâmica interna da produção que vem a seguir.

Vejamos outra modalidade de textos de historiografia fundados em recortes cujo critério é um *período*. Há vários estudos que optaram para este enfoque.⁶ Podemos tomar como exemplo este último, pois apresenta características, no que diz respeito aos critérios de avaliação das obras, similares aos demais que elegeram o mesmo foco. O ensaio tem como objeto a produção acadêmica realizada a partir, grosso modo, dos anos de 1960 até final dos anos de 1990. Momento identificado como de “consolidação”, coroando processo anterior de “nascimento” da historiografia brasileira. Consolidação decorrente não apenas do aumento de volume e qualidade da produção, mas essencialmente em função da institucionalização da pesquisa proporcionada com a criação, nos anos de 1970, de um programa nacional de pós-graduação.

A produção do período inclui também as pesquisas realizadas pelos chamados “brasilianistas”, mas é no interior da produção dos brasileiros que as questões fundamentais se colocam. Pois é no momento mesmo de consolidação da historiografia brasileira que se instaura uma ruptura envolvendo mais do que meras divergências de orientação teórica ou interpretativa, mas aquilo que foi chamado de “paradigmas rivais”.⁷ “Assiste-se a um renhido combate entre os historiadores ancorados na visão

de totalidade, epistemologicamente realistas e racionais, contra a visão fragmentária, descritiva, avessa ou mesmo hostil aos recursos da teorização e, por via de regra, irracional no seu privilegiamento do relativismo subjetivista”.⁸ Ruptura agravada pelos desdobramentos em termos de disputas envolvendo o “poder historiográfico” em torno da ocupação de lugares institucionais estratégicos, em obediência a uma certa lei de sobrevivência e reprodução das linhagens intelectuais. O ensaio, escrito claramente a partir da ótica da “velha guarda”, conclui com uma proposta de conciliação aos “novos”. Os termos em que tal conciliação foi proposta, receberam, num certo sentido, uma resposta, como veremos mais adiante. Mas o fato é que as divergências e os debates, nos termos em que foram colocados, definem o contexto intelectual do período e afetam diretamente todo o conjunto de dimensões menores que integram o universo da produção historiográfica: os recortes temáticos, as perspectivas interpretativas, as modalidades de abordagens, etc. Todo o conjunto dos escritos históricos passam a ser classificados e avaliados de acordo com o modo como se relacionam com esse eixo mais profundo que explicam as obras, mas também se constitui a partir delas.

Coisa distinta ocorre quando o recorte é a *área de conhecimento*. A obra “Domínios da história”⁹ reúne um conjunto de ensaios com essa característica. Mas há outros trabalhos nessa linha.¹⁰ Este último, constitui um panorama geral das tendências e rumos que vem tomando a chamada história cultural, até suas mais recentes formulações como a micro-história. Pode ser visto como um aprofundamento do ensaio escrito em 1997 para a coletânea “Domínios da história”, citado acima. Em ambos os casos a proposta do autor preocupa-se em responder duas questões: o paradoxo de uma área que nasce, cresce e se expande com grande sucesso, acompanhada de uma crítica cerrada de seus opositores; e, por outro lado, as confusões e equívocos sobre a natureza das suas propostas e diversidades de tendências causadas pela recepção tardia no Brasil, agravado pela hegemonia das

concepções marxistas e totalizantes nas nossas universidades. Uma recepção, portanto, marcada por confusões e preconceitos, na visão do autor.

O ensaio de 1997 terminava com uma afirmação que não escondia o júbilo: “a história cultural veio para ficar”.¹¹ Além disso, responsabilizava a área pela recente e crescente profissionalização da historiografia acadêmica no Brasil, na medida em que, mais do que nas outras áreas, teria tornado a “reflexão interdisciplinar” mais apurada. Posição que talvez não seja consensual, mas não deixa de ser uma hipótese. Mas uma hipótese válida dentro de um marco teórico específico, que vê no diálogo com as ciências sociais o elemento decisivo de modernização da ciência histórica. Embora não exclusivamente, esse marco tornou-se sinônimo de Escola dos *Annales*: movimento da historiografia francesa fundado na proposição de um programa de renovação a partir do diálogo sistemático, consciente e permanente da história com o conjunto das chamadas ciências sociais.

No ensaio de 1997, bem como no de 2002, Vainfas incorpora acriticamente a estruturação da trajetória dos *Annales* proposta por Peter Burke:¹² a definição de três gerações, sendo que a terceira retoma o projeto original dos fundadores, abandonado relativamente na era Braudel, e avança no sentido positivo. Abordagem e diagnóstico não compartilhado por outros autores como Dosse,¹³ Fontana,¹⁴ Couteau-Begarie,¹⁵ entre outros. A partir dessa estruturação traça a genealogia da história dos fenômenos mentais, seus avanços, radicalizações, crises, heranças e desdobramentos. Há certamente outras possibilidades de reconstituição da trajetória dessa história vencedora.¹⁶ Trata-se de *uma* possível reconstituição. Profícua em muitos aspectos, mas que deixa de fora questões fundamentais como o entendimento do problema relacionado ao modo como a interdisciplinaridade é resolvida na Terceira Geração dos *Annales*. A crescente desconceitualização dos estudos não apontaria para uma nova modalidade ou natureza do diálogo entre a história e as ciências sociais?

De qualquer maneira, a dimensão do trabalho que gostaria de ressaltar é a centralidade assumida nesse caso e nesse tipo de recorte, em torno da área de conhecimento, das linhas teóricas e metodológicas que informam os

estudos históricos propriamente ditos. Ainda que tal desenvolvimento ocorra sobre um pano de fundo marcado pelos contextos sócio-históricos e pelas mutações culturais mais abrangentes, são as formulações e debates decorrentes da dinâmica interna do campo de conhecimento, que definem os ritmos e rumos marcantes dentro de cada área de pesquisa.

E quando o recorte é um *tema*? Juntamente com os estudos sobre autores, os estudos de historiografia que elegem como parâmetro de escolha das obras os temas por elas tratados, são os mais comuns.¹⁷ Tornaram-se os mais comuns em função de uma prática ou procedimento corriqueiro nos trabalhos acadêmicos. No geral, tanto nos projetos de pesquisa, como nas dissertações de mestrado e teses de doutoramento, o tratamento da temática específica é precedido por um capítulo historiográfico. Antes de se debruçarem sobre o material informativo específico, os pesquisadores realizam um balanço no sentido de verificar o “estado da arte”. Frequentemente, tais avaliações visam apenas situar a temática escolhida e justificar a relevância teórica do estudo realizado. Mais raramente, passam a integrar o corpo e o desenvolvimento do trabalho de pesquisa.

Se tomarmos como exemplo o conjunto de trabalhos reunidos em “Historiografia brasileira em perspectiva”,¹⁸ apesar da variedade das temáticas de referência (escravidão negra, Revolução de Trinta, Estado Novo, Classe Operária, cidades, mulheres, etc.) é possível extrair uma estrutura de abordagem que se repete, embora não rigorosamente, no conjunto de trabalhos. O ponto de partida é a identificação dos condicionamentos externos, ou seja, em que contexto histórico e intelectual específico tal temática emerge como problema. A partir de que transformações econômicas, sociais, políticas, etc., cria-se uma demanda social que afeta os intelectuais e historiadores e exige um esforço de racionalização. Após isso, parte-se para o levantamento das respostas clássicas, ou seja, identificar as bases, os princípios e a abrangência das primeiras formulações e dos primeiros arranjos interpretativos. Seus

paradigmas de apoio. Identificar possibilidades pouco ou não exploradas. Em seguida, contextualizar as novas abordagens articulando-as com o movimento do próprio objeto. Em resumo, o elemento que se destaca nos estudos de historiografia que elegem como foco uma temática e que define, portanto, o conteúdo do contexto, são as interpretações e abordagens possíveis que tal temática suporta. Fatores mais gerais como as tendências históricas e debates ideológicos e teóricos compõem o enquadramento, mas veiculados por linhas interpretativas próprias da realidade estudada.

Por fim, os textos baseados em recorte por *autor*. O número de trabalhos é grande e menciono apenas alguns,¹⁹ tomando Novais como exemplo, pode-se verificar as características mais destacadas desse tipo de abordagem. Aqui a trajetória de vida do autor sobrepõe-se aos demais critérios de avaliação. No sentido de que essa trajetória resulta do cruzamento de muitas variáveis: época de vida, geração, inserção social, escolhas ideológicas, profissão, propensões psicológicas, etc. Sobre Caio Prado Júnior, tais variáveis surgem como decisivas no modo como Novais avalia esse pensamento: “Certas características do discurso parecem expressar mais diretamente o percurso da vida (...). A ruptura de classe (...) domina a trajetória, e talvez a base da coerência que atravessa toda a produção intelectual”. Depois de afirmar tratar-se de uma ruptura especial, dado seu radicalismo, conclui: “Daí a profundidade e a onipresença da opção a marcar todo o conjunto da obra; a fidelidade e a constância às ideias, que expressam escolhas existenciais, daí o estilo repetitivo e insistente, a recorrência dos temas e argumentos, que caracterizam a escritura”.²⁰ Nesse sentido, as análises historiográficas de obras de um autor específico encontram na dimensão biográfica uma força interpretativa central, dimensão essa praticamente secundária ou inexistente nos recortes anteriores.

Em resumo, o que temos é uma situação na qual os diferentes focos e recortes nos estudos de historiografia condicionam, de certa forma, modalidades interpretativas distintas. As possibilidades de interpretação histórica constituem problema que vem sendo estudado desde o século XIX e a atual “guinada hermenêutica” vem colaborando para o seu reavivamento mais recente. Um bom resumo desse debate pode ser encontrado em Julio Aróstegui.²¹ Independentemente da multiplicidade de recursos e ferramentas de análise, observa-se um relativo predomínio das interpretações por contextualização, embora o conteúdo desses contextos mude conforme os recortes escolhidos. *Os contextos definem as linhas de forças e formas gerais de percepção a partir das quais o conjunto multifacetado da produção adquire uma ossatura.*

O contexto é essencialmente *sócio-histórico* nos estudos que se propõem gerais e ambicionam abarcar longos períodos evolutivos. Nos casos onde o foco fecha num período específico, emerge no contexto as correntes que demarcam o *debate intelectual* mais geral, as ideias e as ideologias mais formalizadas assumem o primeiro plano. Mas quando a preocupação central volta-se para o mapeamento e avaliação do que fez dentro de uma área do conhecimento (história econômica, social, política, etc) os contextos históricos e culturais recuam e o cenário é dominado pelas *tendências teóricas internas* do campo de conhecimento com desdobramentos temáticos e interpretativos. Os temas e interpretações, de *aspectos secundários* em outros contextos e recortes, emergem por sua vez como dimensões essenciais quando o foco do estudo e análise da produção historiográfica elege o recorte temático. Por fim, a *trajetória de vida*, a biografia dos autores, aspecto até então meramente acidental nos recortes anteriores, diluídos nos contextos mais gerais, assume toda sua força explicativa quando o recorte do estudo é uma obra específica (ou seu autor?). Certamente todos os elementos apontados integram, direta ou indiretamente, o conjunto de possibilidades de abordagens apontadas. O que os diferencia, em geral, é a ênfase numa dimensão ou outra, não a exclusividade.

Duas observações finais fazem-se necessárias. Em primeiro lugar, é perceptível no conjunto de estudos apresentados acima, assim como no conjunto dos trabalhos de historiografia mais recentes, elementos que apontam para a superação das características e procedimentos marcantes nos estudos tradicionais de história das ideias e da cultura. Entendendo “tradicional” aqui como aqueles estudos que se ressentem de um certo formalismo na análise das obras, bem como uma certa rigidez na presunção da autonomia no processo de mudança interna das áreas de conhecimento. A questão pode ser resumida como segue. Formalismo significaria estabelecer como critério central de seleção, classificação e avaliação das obras as características presentes em seus aspectos mais formais e estilísticos, métodos e técnicas empregados na sua elaboração, gêneros de filiação, riqueza narrativa, estrutura argumentativa, etc, organizados em linha de escolas sucessivas. Autonomia setorial seria o pressuposto de que “cada setor do mundo da cultura se relaciona mais consigo mesmo nas várias épocas sucessivas do que com os demais setores dentro de uma mesma época”.²² Entretanto, as expectativas de avanço parecem resultado de atitudes mais intuitivas do que decorrentes de uma reflexão metodológica e teórica. Assim como em outras áreas do conhecimento, também nos estudos de historiografia percebe-se um certo descompasso entre reflexão teórica e prática científica efetiva. Creio que um ponto de partida no sentido de começar a corrigir essa defasagem, seria o enfrentamento da questão do formalismo e da setorialização. Tais aspectos ou problemas poderiam integrar as preocupações daqueles que se propõem estudar a produção cultural em qualquer domínio do conhecimento e especificamente nos estudos de historiografia. A partir dessa perspectiva, os estudos elencados acima demonstram uma ausência de preocupação teórica mais sistemática. No conjunto dos trabalhos, a operação inicial e necessária de definição de um recorte (historiografias nacionais, períodos, escolas historiográficas, área de conhecimento, temáticas e autores), parece na maior parte dos casos definir também os critérios de análise. Porém, tratam-se de dimensões distintas no processo de construção do estudo. Observando-se os textos verifica-se a

persistência das avaliações mais formais mescladas com observações de caráter teórico e metodológico, e , em alguns casos, apontando tendências político-ideológica de alguns autores. Entretanto, as extrapolações para os contextos mais gerais quando muito terminam por marcar a temporalidade das obras, mas não sua historicidade.²³ O formalismo como pano de fundo geral e critério central de organização do trabalho parece recuar, porém sem que nada o substitua, resultando numa certa inconsistência argumentativa como marca central de muitos dos trabalhos acima discutidos. O que não significa ausência de contribuições pontuais bastante interessantes e pertinentes.

Problema mais sério e difícil é o da setorização. Como articular num mesmo movimento de análise as características e dinâmicas internas de um certo domínio do saber, como as configurações e movimentos mais gerais (sociais, políticos, culturais, etc) de mudanças? Essa questão se relaciona com outro problema, que é o da periodização na historiografia. Problema que aparece nas várias possibilidades de recortes, mais abrangentes ou restritos. A maioria dos estudos relacionados acima ficam focados na dinâmica interna do campo historiográfico e como que os períodos, tendências e autores se sucedem em função de um regime interno de controvérsias e superações. Que ocorre em função ora de cortes geracionais, ora de divergências políticas e ideológicas, ora de divergências de orientação teórica, ora em função de avanços na pesquisa documental, ora em função de influências externas ou mesmo decorrentes de demandas sociais setorizadas. Temos tentativas de superação do fechamento que o recorte termina por impor. Por exemplo, a obra de Josep Fontana.²⁴ Trabalho que abre com uma proposta de teoria do discurso historiográfico buscando romper com aquilo que considera abordagens mais evolucionistas, centrada na ideia de progresso da ciência. Fontana indica a necessidade de se reconstituir o sistema mental de uma dada época (o que denomina “economia política”) antes de se analisar as obras dos historiadores, entendendo que os critérios de reconstituição dos eventos do passado presentes no pensamento destes, deve-se às determinações daquele. Mas mesmo aqui apresentam-se dificuldades, pois

na medida em que a obra de Fontana caminha no sentido de professar uma autonomia dos períodos, com desenhos específicos de suas configurações estruturais, ao mesmo tempo parece que termina por negá-los, uma vez que o andamento de conjunto da argumentação do autor toma como ponto de convergência o processo de construção do materialismo histórico, seguido das tentativas de sua destruição e reconstruções mais recentes.

Outra proposta, próxima desta, é a de se considerar as obras dos historiadores a partir do conceito de ideologia, ou discurso ideológico.²⁵ Procurando evitar análises que ignore a complexidade das mediações entre a produção cultural e os movimentos da sociedade, compreende-se que a ideologia “plasma a estrutura conceitual, consciente ou inconsciente, que sustenta uma dada sociedade, (...) isto é, o conjunto de valores e ideias comuns a uma dada sociedade, uma grade que filtra os acontecimentos, peneira os dados, seleciona o conhecimento que nos é dado reter”.²⁶ Trata-se de uma estratégia a partir da qual seria possível historicizar a obra de pensamento, mais do que simplesmente marcar sua temporalidade.

No geral, parece que no horizonte dessas propostas está a conhecida discussão de Marx sobre o problema do método, tal como se apresenta na “Introdução à crítica da Economia política” de 1857.²⁷ De fato, encontra-se ali uma proposta de como articular os produtos do pensamento, os conceitos sobretudo, com as linhas de força da estrutura social. Ou seja, chama a atenção para a necessidade de se estabelecer critérios a partir dos quais seria possível historicizar os conceitos. A certa altura do texto diz: “Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo ao seu modo de ser”.²⁸ Em seguida apresenta um conjunto de exemplos de como a hierarquia e sucessão dos conceitos e categorias da vida econômica se estabelecem a partir de um determinado desenho das configurações sociais. No limite, é exatamente disso que se trata, ou seja, a partir de que critérios podemos avaliar as obras

do pensamento históricas a partir da sua historicidade. Como integrar na análise das obras ao mesmo tempo a consideração de seus elementos intrínsecos, suas articulações com outros setores da realidade e, por fim, com a dinâmica do conjunto da totalidade social. Nessa linha, penso que a influência central vem sobretudo de Lucien Goldmann.

Certamente podemos encontrar um desdobramento, ou um viés de aprofundamento, desses procedimentos, naquilo que entre nós ficou conhecido como *crítica da memória*,²⁹ ou seja, a tentativa de historicizar o próprio conhecimento histórico a partir das estratégias de estruturação do passado e dos discursos que faz sobre ele. Se para os historiadores da história a noção de temporalidade é importante, as noções correlatas de sobreposição e somatória não satisfazem integralmente o processo de análise e situação das obras. O conceito de historicidade assume papel central, agregado às intenções de articulação e síntese como chave interpretativa fundamental. Ou seja, a necessidade do empreendimento crítico buscar identificar o conjunto de estratégias implícitas empregadas na montagem de um saber, ou, para usar uma expressão de Foucault, de um *dispositivo discursivo*. Em outros termos, buscar ir além da identificação das diferentes linhas teóricas, metodológicas e interpretativas das obras avaliadas, e perceber as mudanças ou continuidades de um certo padrão de conhecimento histórico subjacente. Pensamos que este é um problema central dos estudos de historiografia cuja reflexão certamente contribuirá sobremaneira para o avanço nessa área de pesquisa.

A primeira observação, portanto, diz respeito ao modo como a obra histórica é analisada e avaliada. Existe porém um problema que é anterior a esse. Ainda ligado ao problema da memória, mas num outro sentido. Refere-se à definição do *corpus* de obras que deve compor o repertório a ser analisado. Trata-se de um problema de como selecionar, quais obras entram e quais devem ser excluídas. Isso nos leva à segunda observação. Conforme já mencionado no início, os estudos de historiografia, assim como seus objetos, as obras históricas, produzem um efeito memorizador mesmo quando seus propósitos apontam para outra direção. Também os estudos de

historiografia terminam por estabelecer uma certa memória do ofício na medida em que resulta de suas escolhas o estabelecimento de determinados cânones e tradições historiográficas. Tem sido um dos méritos dos estudos de historiografia atualmente a insistência na proximidade entre história e memória. Nos termos em que Maurice Halbwachs³⁰ estabelece as distinções entre memória e história tal aproximação e troca, entre formas antinômicas de acesso ao passado, não se colocam a não ser enquanto distorções. Pierre Nora, mais recentemente, reafirma as distinções. Porém, aponta um momento de subordinação da história aos desígnios da memória no processo de formação da consciência nacional e em torno dos mitos de origem da nação. A superação de tal aprisionamento foi visto como um momento de subversão que marcou a passagem da história-memória para a história-crítica, graças ao nascimento de uma “preocupação historiográfica”. Nas palavras de Pierre Nora: o empenho da história em “emboscar em si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela”.³¹

Mas as aproximações podem ser percebidas em outras dimensões. Não apenas no que diz respeito aos fins, mas também nos procedimentos e operações, por exemplo. No epílogo que escreveu para edição brasileira de seu livro “História: análise do passado e projeto social”, Josep Fontana afirma o seguinte: “A história de um grupo humano é a sua memória coletiva e cumpre a respeito dele a mesma função que a memória pessoal num indivíduo: a de dar-lhe sentido de identidade (...) . As nossas recordações não são os restos descoloridos de uma imagem fotográfica que reproduz fielmente a realidade, mas sim uma construção que fazemos a partir de fragmentos de conhecimento que já eram, na sua origem, interpretações da realidade e que, ao voltarmos a reuni-los, reinterpretemo-lo à luz de novos pontos de vista. (...) Algo parecido acontece com essa forma de memória coletiva que é a história, que é a que dá sua identidade às sociedades humanas”.³² A fronteira quase sempre porosa entre memória e história parece aqui quase que se dissolverem. Mas devemos enfatizar que a história aparece como “*essa forma de*” memória. De fato a história enquanto

conhecimento, enquanto reconstituição e análise do acontecer humano, emergiu e desenvolveu-se no campo da memória, mas estruturou-se a partir de um projeto crítico.³³ Nesse sentido, caberia aos estudos de historiografia a mesma função em relação aos estudos historiográficos. Pois os efeitos memorizadores da história transbordam-se nos efeitos memorizadores da história da história. Contra isso deve se precaver aqueles que se empenham nesse campo de estudos sob o risco de transformar os estudos de historiografia numa espécie de invenção de precursores.

Este breve balanço de alguns estudos sobre historiografia, em algumas de suas possibilidades e desafios, não pressupõe a existência de regras, procedimentos, critérios e exigências rígidas nos vários enfoques levantados. Não se trata disso. O fato é que existe uma dimensão metodológica dos estudos sobre historiografia que tem sido preterida. Trata-se sobretudo de uma dimensão que exige explicitação não com a intenção de se estabelecer fórmulas rígidas, como já se disse, mas de ampliar o controle sobre o processo de produção de conhecimento nessa área, bem como diversificar as possibilidades de abordagens e combinações de enfoques. Acredito que seja consensual o valor instrumental dos estudos de historiografia, não como fim em si mesmo, mas como instrumento de aperfeiçoamento e avanço do próprio conhecimento histórico. Apresenta-se como um exame de consciência e crítica auto-corretiva do instrumental que define o ofício dos historiadores. No sentido mesmo de verificar suas possibilidades e limites. Não para atender a necessidades puramente internas ou identitárias da área de história, mas para que o conhecimento histórico dê conta, de maneira mais satisfatória, das demandas que a própria sociedade coloca para a ciência na definição e entendimento de seus problemas fundamentais.

NOTAS

* Professor da Faculdade de História da PUC-Campinas, Doutor em História Econômica pela USP. joaomigueltgo@yahoo.com.br

¹ Cf. as recentes publicações de Arostegui, 2006.

² Cf. Marc Bloch, p. 35.

³ CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987.

⁴ CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução á historiografia*. Bauru,SP: EDUSC, 2003.

⁵ TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

⁶ FIGUEIRA, Pedro de Alcantara. *Historiografia brasileira 1900-1930*. Assis. Unesp. 1973. GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, FGV, 1996. FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil 1980-1989*. Elementos para uma avaliação historiográfica. Vol.1. Ouro Preto, UFOP, 1992. LAPA, José R. Amaral. *História e historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985. ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) - *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-26

⁸ ARRUDA e TENGARRINHA, *op.cit.* p. 100.

⁹ CARDOSO e VAINFAS, *op. cit.*

¹⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história. Os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. HUNT, Lynn (org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

¹¹ CARDOSO e VAINFAS, *op.cit.* p. 162.

¹² BURKE, Peter- *A Escola dos Annales- 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Ed.Unesp. 1991.

¹³ DOSSE, François- *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce Silva Ramos, São Paulo: Ensaio, 1992.

¹⁴ FONTANA, Josep. *Historia: Análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC,1998.

¹⁵ COUTEAU-BEGARIE, Hervé. *Le phénomène Nouvelle Histoire – Grandeur et decadence de L' École dès Annales*. 2 ed., Paris, Economica: 1989.

¹⁶ FALCON, Francisco J. Calazans. *História cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

¹⁷ FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000. BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. SP: Unesp, 1992. SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo*. São Paulo: Hucitec, 1997. JOLY, Fábio Duarte (org). *História e Retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.

- ¹⁸ FREITAS, 2000, *op. cit.*
- ¹⁹ DIAS, Maria Odila da Silva - *O fardo do homem branco* - Southey: historiador do Brasil. São Paulo: Nacional' 1974.
- GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 2vols. Tese de Doutorado, São Paulo: Usp. 1977.
- JANOTTI, Maria de L. *João Francisco Lisboa*. São Paulo: Ática, 1977.
- VILLALBA I VARNERA, Pere. *The historical method of Flavius Josephus*. Leiden: E. J. Brill, 1986.
- PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ²⁰ NOVAIS, Fernando A. Sobre Caio Prado Júnior. *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p.285-6
- ²¹ Julio Aróstegui, *op.cit.* p. 358-393.
- ²² Valemo-nos aqui das anotações sempre pertinentes e precisas do historiador Fernando Novais no texto "Anotações sobre a vida cultural na Época do Antigo Regime" NOVAIS, *op.cit.* p. 159.
- ²³ Veja, por exemplo, as avaliações presentes no trabalho de IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- ²⁴ Josep Fontana, *op. cit.*
- ²⁵ ARRUDA e TENGARRINHA, *op. cit.* Cf. também Novais, *op.cit.*
- ²⁶ ARRUDA e TENGARRINHA, *op. cit.*, p. 13.
- ²⁷ MARX, K. *O capital*. *Op.cit.* , 1987, p. 5-25.
- ²⁸ *Idem* p. 21.
- ²⁹ VESENTINI, C.A. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 1982.
- ³⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- ³¹ NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p.7-28.
- ³² FONTANA, *op. cit.*, p. 267.
- ³³ FINLEY. Moses. "Mito, memória e história". In: *Usos e abusos da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1992,p. 3-27.